

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA ENTRE A TRADIÇÃO E O CAPITAL: UMA ANÁLISE BOURDIESIANA

Henrique Carmona Duval

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.9882>

Submetido em: 2024-09-12

Postado em: 2024-09-14 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

## REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA ENTRE A TRADIÇÃO E O CAPITAL: UMA ANÁLISE BOURDIESIANA

HENRIQUE CARMONA DUVAL

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5791-7579>

<[henriquecarmona@ufscar.br](mailto:henriquecarmona@ufscar.br)>

Universidade Federal de São Carlos. Buri, São Paulo (SP), Brasil

**RESUMO:** Este trabalho se baseia na teoria dos campos sociais e em alguns dos principais conceitos que fazem parte de uma perspectiva relacional de investigação proposta por Pierre Bourdieu para a compreensão das transformações do campesinato. A análise se volta à realidade observada por Bourdieu e Sayad na Argélia colonial e em como a imposição da racionalidade urbano-industrial afetou o campesinato daquele país, destruindo os territórios e modos de ser, de viver e de produzir tradicionais. Procura-se expor esses processos a partir dos escritos de Bourdieu e, também, analisar o avanço da racionalidade capitalista e as transformações nos modos de vida do campesinato. Sendo este um dos principais estudos que Bourdieu empreendeu para dar início ao seu quadro teórico e a suas inovações conceituais, chama-se atenção para a atualidade dessas reflexões para se compreender a lógica de reprodução social de grupos em uma condição camponesa entre a tradição e o capital na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** reprodução social, campo social, habitus, campesinato, Bourdieu

## SOCIAL REPRODUCTION OF PEASANT BETWEEN TRADITION AND CAPITAL: A BOURDIESIAN ANALYSIS

**ABSTRACT:** This article is supported on the theory of social fields and in the main concepts that are part of a relational perspective of investigation proposed by Pierre Bourdieu to analyze the transformations of the peasantry. More specifically, the analysis turns to the reality observed by Bourdieu and Sayad in Algeria and how the advance of urban-industrial rationality imposed itself on the peasantry of that country, destroying traditional ways of being, living, and producing. This being one of the main studies that Bourdieu undertook to get start his theoretical framework and his conceptual innovations, attention is drawn at the end to the relevance of these reflections in order to understand the logic of social reproduction of peasant groups in contemporary times between tradition and capital.

**Keywords:** social reproduction, social fields, habitus, peasantry, Bourdieu

### 1. INTRODUÇÃO

Bourdieu é um dos autores que promoveu rupturas em relação às grandes verdades estruturadas e absolutas. Seu campo teórico-metodológico é permeado por construções conceituais que remetem à compreensão da ação dos agentes sociais no interior de campos sociais especializados e a partir de suas particularidades históricas. Essa opção lhe rendeu a fama de “sociólogo da prática” (WACQUANT, 2006). Analisando especialmente o meio acadêmico e os diferentes campos científicos no interior da instituição universitária, o autor empreendeu uma análise sobre seus poderes instituídos

e de tudo aquilo que ela encobria de violência e de impostura, em função da busca por tais verdades absolutas e das disputas pela legitimidade do discurso científico (BOURDIEU, 2004a).

Por outro lado, afastando-se do existencialismo, procurou dar um sentido prático para o papel dos filósofos, que os distanciassem dos vagos discursos sobre os grandes problemas. “Muitas das disposições intelectuais que tenho em comum com a geração ‘estruturalista’ (...) se explica pela vontade de reagir contra o que o existencialismo havia representado para ela: o ‘humanismo’ frouxo que estava no ar, a complacência em relação ao ‘vivido’ e essa espécie de moralismo político” (2004a, p.16-17).

Os problemas sociológicos definidos de forma relacional exigiam novas abordagens metodológicas, para que pudesse haver uma tentativa de se explicar as razões das práticas dos agentes sociais. Embora Bourdieu tenha destacado o estruturalismo e sua importância para o reconhecimento da autonomia das Ciências Sociais como disciplina, ele criticava autores que ganhavam autonomia disciplinar para produzir “teorias estruturalistas puras”, ao localizar os limites dessas tentativas teóricas, em 1958 e 59, em seus trabalhos etnográficos, cujo objetivo era o de reintroduzir o agente na relação social. Como veremos, metodologicamente Bourdieu conseguiu aliar, nesses trabalhos, uma perspectiva histórica das relações sociais, séries estatísticas e o trabalho empírico de etnografias localizadas para exemplificar as transformações pelas quais passavam as sociedades com a unificação dos mercados de bens materiais e simbólicos.

Interessava a Bourdieu, nos seus primeiros trabalhos etnográficos na Argélia e na França (no Bèarn, sua terra natal), conhecer as condições da inserção de novas pré-disposições econômicas no habitus dos camponeses, com as mudanças advindas de um novo modo de vida urbano-industrial. Estava em curso um processo intenso de industrialização da agricultura, transformações das relações de trabalho no campo, expropriação da terra e migração das pessoas para grandes centros urbanos. Paulatinamente, isso ocasionou mudanças nas estratégias de reprodução social e no habitus dos camponeses, no sentido da aquisição de pré-disposições para elas jogarem o jogo da vida moderna: das novas formas de trabalho e de vida, no interior de uma racionalidade capitalista.

O presente artigo aborda a construção do aparato teórico de Bourdieu, com base na teoria dos campos sociais e em conceitos que fazem parte de uma perspectiva relacional de investigação e análise social, a qual o autor entendia ser uma forma respeitosa de se restituir, nas pesquisas científicas, o sentido da ação dos agentes sociais. O artigo trata mais especificamente da realidade observada por Bourdieu e Sayad na Argélia, e de como o avanço da racionalidade urbano-industrial se impôs ao campesinato daquele país no período da colonização, destruindo modos de ser, de viver e de produzir

tradicionais. Sendo este um dos principais estudos que Bourdieu empreendeu para dar início ao seu quadro teórico e a suas inovações conceituais, com base em pesquisa de campo, chama-se atenção ao final para a atualidade dessas reflexões para se compreender a lógica de reprodução social de grupos camponeses.

## **2. CONTRADIÇÕES E NOVAS EXPECTATIVAS PARA A REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA**

A teoria relacional de Bourdieu contribuiu de forma decisiva para introduzir a perspectiva dos agentes sociais, o que significava romper com noções como regras, modelos e estrutura (de parentesco, por exemplo) para falar do sentido do jogo e das inúmeras possibilidades em relação às estratégias de reprodução social das famílias, ou seja, a dança dos corpos socializados. Todavia, “sem por isso transformá-los em calculadores racionais” (2004a, p.21). Evidentemente, Bourdieu alertava quanto aos riscos de achar que os meios, as ações e as estratégias estão orientados pelo fim de forma plenamente consciente. Essa é, efetivamente, uma função que o autor designa à noção de habitus: se as relações sociais são como um jogo, que é jogado especificamente no interior de um campo social, elas possuem regularidades que lhe dão coerência, “mas uma coerência parcial das construções práticas”. Pois os agentes “jogam” com um senso prático da realidade ou o sentido do jogo, como mostra a passagem a seguir:

(...) sendo produto da incorporação da necessidade objetiva, o habitus, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado às condições objetivas, nem de uma determinação das causas, mostram-se objetivamente ajustadas à situação. A ação comandada pelo “sentido do jogo” tem toda a aparência da ação racional que representaria um observador imparcial, dotado de toda informação útil e capaz de controlá-la racionalmente. E, no entanto, ela não tem a razão como princípio (BOURDIEU, 2004a, p.23).

Segundo Wacquant (2006), a reintrodução do conceito de habitus servia para descrever as contradições entre as expectativas sociais incorporadas e as novas competências que mudaram a lógica de reprodução camponesa, como no mercado matrimonial no Bèarn. Com a aquisição de lentes urbanas, uma das principais mudanças nesse mercado foi que as mulheres passaram a ver os camponeses como “incassáveis”. Por outro lado, na Argélia, estavam em disputa as diferentes concepções de mundo da tradição enraizada e a da imposição colonial. É de se perguntar como os grupos sociais faziam uso de estratégias que variavam de uns princípios a outros, mesmo que (e

necessariamente) de forma contraditória. A noção de habitus então formulada foi uma categoria mediadora que buscou apreender as transformações do mundo social, “transcendendo a fronteira entre o objetivo e o subjetivo”. Pretendia, portanto, escapar ao estruturalismo sem sujeito e à filosofia do sujeito.

Os padrões de comportamento e o ethos econômico importados pela colonização coexistem, em cada sujeito, com os padrões e ethos herdados da tradição ancestral. Daqui decorre que esses comportamentos, atitudes ou opiniões aparecem como fragmentos de uma linguagem desconhecida, incompreensível tanto àquele que não conhece a linguagem cultural da tradição, quanto àquele que se refere unicamente à linguagem cultural da colonização (BOURDIEU apud WACQUANT, 2006, p.17).

Nos estudos na Argélia, por meio da noção de habitus, Bourdieu mostrou que acontecimentos como a colonização deixam marcas duradouras, de modo que “o camponês pode ser libertado do colono, sem se libertar das contradições que a colonização incutiu nele” (Bourdieu apud Wacquant, 2006, p.17). Esses acontecimentos são incorporados ao habitus, como que sedimentados em camadas, predisposições e capacidades de ser, sobretudo quanto maior for o tempo de influência desse estado de coisas determinante da vida das pessoas – no caso, como o sistema colonial se sustentava, mesmo após a descolonização, com a confusão de disposições que introduziu na ação dos sujeitos por meio da imposição de elementos determinantes à ordenação do território, ao campesinato e à sociedade argelina como um todo.

Nos dois lugares da pesquisa etnográfica de Bourdieu houve uma análise do mesmo processo:

(...) “choque de civilizações” e dos seus multifacetados impactos na estrutura social e na subjetividade, incluindo o “des-dobrimento da consciência e do comportamento” de acordo com os princípios conflitantes do sentimento e do interesse, a erosão das hierarquias e autoridades tradicionais (baseadas na linguagem, idade e gênero), e a relação recursiva entre a degenerescência de unidades sociais tradicionais, a deflagração da competição individual e a distorção das estratégias sociais (WACQUANT, 2006, p.18).

A nova ordem capitalista também passou a fazer parte, indissociavelmente, das condições para a reprodução camponesa, o que talvez seja a melhor forma de se compreender os grupos sociais rurais na pós-modernidade. Tendo em vista que o processo de unificação material e simbólica se confunde com o próprio processo de globalização da sociedade, impondo novos padrões de vida, as maiores consequências disso para a categoria do campesinato se deram por duas frentes explicativas. A primeira funcionou como uma força de atração das pessoas, mulheres e homens, para o meio urbano e para estilos de vida e de trabalho urbano-industriais, bem como para casamentos e a formação de

famílias com novos perfis, menores, tendendo à individualização social – contrariamente ao tradicional controle social exercido pelas famílias sobre os casamentos<sup>1</sup>. O segundo, com incidência mais especificamente no setor agrícola, foram as mudanças na base técnico-produtiva que transformaram a agricultura em uma atividade industrial e subordinada à burguesia urbana, que culminou com as técnicas da Revolução Verde e, especificamente no Brasil, com uma modernização conservadora da agricultura – mudança na base técnica sem alterações nas bases fundiária e produtiva (DELGADO, 1985).

Bourdieu explicou ainda como a colonização argelina impôs transformações pelo processo de unificação da produção e circulação de bens econômicos e culturais, no descrédito e desvalorização das culturas locais e tribais, com a implantação dos sistemas econômicos e escolares na colônia, que correspondiam aos interesses e representações das classes dominantes francesas. Para ele, as lógicas internas de funcionamento da colônia deveriam emergir para fazer um contraponto com as lógicas dominantes.

Tais relações de dominação foram percebidas posteriormente por Bourdieu também entre o centro e a periferia de Paris, através das ações do Estado que visavam não apenas a uniformizar as linguagens locais ao Estado burocrático, mas a eliminar todo tipo de particularidade cultural: tudo deveria funcionar conforme interesses “maiores”, interesses esses controlados por mercados como os da educação, da saúde, da alimentação, da moda, do estilo e do comportamento, das formas de se morar e se viver, determinados por classes dominantes. As ações mais degradantes dos modos de vida tradicionais ocorrem quando o camponês passa a sentir vergonha de si mesmo porque adquiriu as lentes dominantes – seus modos de vida, de pensar, se sentir, se comportar, se vestir, sua aparência, sua linguagem, sua educação formal, aquilo que come e a hexis corporal, entre outros aspectos. Ou seja, reconhecendo sua nova posição social e inserindo representações contraditórias em seu habitus. Não apenas destruído materialmente, mas simbolicamente reconhece-se inferior a partir do julgamento de outros.

Não se trata, no entanto, de uma transição automática. O camponês não perde definitivamente sua identidade, de forma que também coexistem “camadas” de um habitus ajustado objetivamente às

---

<sup>1</sup> Martins (2002) abordou esse aspecto no caso brasileiro e identificou que a vida dos filhos de camponeses também passou a ser cada vez mais definida pelos fluxos de migrações do mercado de trabalho urbano, assim como os filhos de operários, porém aqueles continuaram mantendo suas referências sociais mesmo definitivamente nas cidades.

situações anteriores ao processo de unificação material e simbólica, já que o habitus são disposições adquiridas, duráveis e transponíveis, princípios geradores e organizadores da prática.

Comportamentos, representações, modos de ser, de pensar e de agir, são o que Bourdieu chama de pré-disposições operacionalizadas pelo habitus, esse acúmulo de experiências que as pessoas incorporam histórica e socialmente, de forma inter-geracional em seus grupos sociais e que são, portanto, partes constituintes e que fluem pelos agentes, colocadas em prática por meio de suas estratégias de reprodução social. Por exemplo, com relação à distinção das classes dominantes, o agente que nasce em determinada posição social, sua natureza socialmente constituída se ajusta às situações, de forma que mesmo inconscientemente ele demonstra sua distinção.

De fato, a institucionalização da distinção, isto é, sua inscrição na realidade dura e durável das coisas e das instituições, caminha junto com sua incorporação, que é o caminho mais seguro para a naturalização: quando elas são admitidas e adquiridas como normais, desde a primeira infância, as disposições distintivas têm todas as aparências de uma natureza naturalmente distinguida, diferença que encerra sua própria legitimação (BOURDIEU, 2009, p.233).

Mas o que está naturalizado em termos de posições sociais para cada grupo social? E, especialmente, nas relações de produção? Se existem muitas estratégias para se garantir posições sociais, por parte de quaisquer agentes que possuem capitais de toda ordem (sociais, simbólicos, culturais, econômicos, políticos, educacionais, dentre outros), essa “naturalização” está ligada ao que é estatisticamente regular. Os grupos familiares dominantes politicamente e os de renda mais alta, a concentração da terra, o nível de escolaridade, entre outras infundáveis regularidades são exemplos de naturalização. São raros os momentos nos quais determinadas conjunturas da história da luta de classes tornam possíveis mudanças bruscas na estrutura social. Porém, as potencialidades de mudanças existem sempre em estado de “pontilhado”. Para Bourdieu (2009, p.233): “As formas simbólicas têm uma lógica e uma eficácia próprias que lhe outorgam uma autonomia relativa em relação às condições objetivas apreendidas (...)”, embora tais transformações não possam ser apreendidas como uma equação social ou uma mera soma entre os indivíduos.

O rompimento com o estruturalismo em Bourdieu significa que as relações sociais que existem entre as estruturas simbólicas e econômicas não são inseparáveis das relações estrutura/superestrutura. Assim, há possibilidades das estruturas simbólicas de ontem estarem inscritas nas superestruturas de hoje. “Claro, não chego a ponto de dizer que são as estruturas simbólicas que produzem estruturas

sociais: a força com que se exerce o efeito de teoria aumenta na medida em que preexistem em estado potencial, ‘em pontilhado’, na realidade, como um dos princípios de divisão possível” (2004a, p.31).

### **3. HABITUS E CAMPO SOCIAL: IMPLICAÇÕES PARA A PESQUISA**

Embora o habitus seja socialmente constituído, o fato da prática ser inventiva o torna suscetível ao acaso e à improvisação, pois sua operacionalização está ligada a situações objetivas. “Construir a noção de habitus como sistema de esquemas adquiridos que funciona no nível prático como categorias de percepção e apreciação, ou como princípios de classificação e simultaneamente como princípios organizadores da ação, significava construir o agente social na sua verdade de operador prático de construção de objetos” (BOURDIEU, 2004a, p.26). Como no exemplo das estratégias matrimoniais no Bèarn, as famílias jogam o jogo das alianças com seus princípios incorporados, um sistema de pré-disposições adquiridas histórica e socialmente, cujo operador prático é o habitus. Entretanto, Bourdieu também mostra as transformações das condições estruturantes da vida das pessoas, a nova racionalidade monetária presente no mercado matrimonial, a urbanização e demais mudanças pelas quais o habitus também se transformava.

O campo teórico de Bourdieu, portanto, quer descobrir o arbitrário e a contingência, onde se vê necessidade e natureza. Vê coação ao invés de livre-arbítrio. Porém, também procura enxergar a margem de liberdade do agente social, que na verdade, para Bourdieu, é uma liberdade ilusória, através da qual se exercem os condicionantes dos campos sociais. “A liberdade não é um dado, mas uma conquista, e coletiva” (BOURDIEU, 2004a, p.28). Quando fala em liberdade, o autor usa o campo acadêmico como referência: “(...) o ato elementar que consiste em escrever num trabalho de escola (...) é a aplicação de taxionomias socialmente constituídas, que em geral são a interiorização de oposições existentes no campo universitário sob a forma de divisões em disciplinas, em seções, e também no campo social global” (BOURDIEU, 2004a, p.28-29).

Os agentes de determinado campo científico ganham, coletivamente, uma autonomia relativa para se movimentarem nesse campo, pois já consolidaram paradigmas, conceitos e provas científicas, a partir de seus pontos de vista em relação a outros campos, com os quais as fronteiras estão em disputa (oposições). Cada qual instrumentalizado teórica e metodologicamente para explicar um fenômeno do ponto de vista dos agentes que o compõem, mas que, no interior desse mesmo campo, invariavelmente, são agentes concorrentes pela competência e pela legitimidade do discurso científico,

na luta para impor suas representações, conforme seus interesses. Para Antuniassi (2006), a noção de campo refere-se a um espaço social especializado, de relações objetivas, no qual ocorrem disputas sobre capitais específicos. Espaço de lutas de posições diferenciadas e para impor representações diferenciadas, que exprime dinâmicas de conflitos e de correlação de forças entre os agentes sociais ali presentes. Portanto exprime também alianças, cooperação e cumplicidade, na medida que os agentes possuem interesses em comum na própria existência do campo.

O campo científico, conforme Bourdieu, é aquele no qual está em jogo o poder de definir a ciência, no qual existem lutas pela competência científica, esta “compreendida enquanto capacidade de falar e agir legitimamente” (BOURDIEU, 1983, p.122-123). Tal autoridade, ao mesmo tempo que tem influências de políticas externas e internas ao seu campo científico específico, pode inclusive atribuir limites entre o que é e o que não é uma questão científica ou um problema de investigação no interior desse campo. Os métodos e as referências são as marcas dos condicionamentos das estratégias da pesquisa, assim como os casamentos, a escolaridade, os sistemas de produção e os mercados podem ser marcas das estratégias no campo específico da reprodução social das famílias camponesas.

Bourdieu também destaca a polarização entre empirismo e teorismo como uma questão sempre presente nos debates epistemológicos das Ciências Sociais. Ao passo que as polarizações representam princípios de divisões possíveis e hierarquização de valores em seu interior, a estrutura de distribuição de capital científico depende das estratégias anteriores dos grupos e da posição e prestígio que os agentes possuem no campo científico, mas também das estratégias de conservação ou de subversão possíveis no interior do próprio campo. “É o campo que designa a cada agente suas estratégias, ainda que se trate da que consiste em derrubar a ordem científica estabelecida” (BOURDIEU, 1983, p.138). E completa: “Tudo leva a crer que a propensão às estratégias de conservação ou às estratégias de subversão é tanto mais dependente das disposições em relação à ordem estabelecida quanto maior for a dependência da ordem científica com relação à ordem social dentro da qual ela está inserida” (BOURDIEU, 1983, p.139).

A partir dessa ideia das estratégias de conservação ou de subversão, que Bourdieu usa para explicar o campo científico, procurei estabelecer uma comparação no que se refere aos problemas das estratégias matrimoniais no Bèarn ou do Sabir cultural na Argélia. Os campos de reprodução social dos camponeses franceses e argelinos passaram, cada vez mais, a fazer parte de um campo mais amplo e unificado de reprodução social na sociedade globalizada, no qual se entrelaçam e/ou são entrelaçados.

O que se apreende da concepção de análise das estruturas sociais e simbólicas é a sua inseparabilidade da análise da gênese, na cultura e nos indivíduos biológicos, das estruturas mentais, que são em parte produto da incorporação das estruturas sociais e da análise da gênese das próprias estruturas sociais: o campo social, bem como os grupos que nele se distribuem, são produtos de lutas históricas, nas quais os agentes se comprometem em função de sua posição e das estruturas mentais através das quais eles apreendem esse espaço. Se existem possibilidades para as estruturas simbólicas serem concebidas e transformarem, efetivamente, as relações no interior da superestrutura, as estruturas simbólicas, “mesmo que certamente devam muito às capacidades específicas do espírito humano, como o próprio poder de simbolizar, antecipar o futuro, etc., parecem-me definidas em sua especificidade pelas condições históricas de sua gênese” (BOURDIEU, 2004a, p.31).

Dada a diversidade de situações que podem se ajustar em seu interior, a relação entre o habitus e os campos sociais permite introduzir os agentes e a ação social sem cair em reificação ou em mera história factual.

#### **4. IMPOSIÇÕES DE UM NOVO CAMPO SOCIAL NA ARGÉLIA COLONIAL**

O texto “A dominação colonial e o Sabir cultural”, de Bourdieu e Sayad (2006), originalmente publicado em 1964, é importante porque aborda como a nova racionalidade do campo social colocava contradições para a construção de um novo modo de vida dos povos nativos nos reassentamentos argelinos. Ao final, o texto mostra o resultado catastrófico para o campesinato e para a sociedade argelina após o período de colonização, mas passa também por propostas práticas para o meio rural, por parte de uma ação extensionista e com outros agentes de seu campo social, considerando-se a figura do técnico como um educador e não um burocrata, cuja necessidade primordial é compreender a realidade contraditória historicamente estruturada dos grupos rurais. O texto é todo parafraseado com locuções tradicionais argelinas, tal como o Prego de Djeha (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.54), reveladoras do modo objetivo e subjetivo de vida dos colonizados: a figura lendária local que, ao vender uma casa, depois espanta os compradores pendurando todos os dias uma carcaça no prego a que teve direito de manter na casa, até que aqueles compradores (colonizadores) fossem embora.

O artigo trata das transformações culturais na Argélia em função do processo de colonização e, sobretudo, analisa as mudanças da Argélia rural com os “reassentamentos”. É importante destacar que a escolha do termo reassentamento, na tradução, tem a ver com o modo de se estabelecer a

população camponesa em fazendas a partir de uma política de colonização. Por exemplo, poderíamos pensar nas colônias no interior de São Paulo, no século XIX, fazendas com monoculturas de café e pequenos espaços para as famílias imigrantes, que foram deslocadas numa condição de escravidão por dívida (STOLCKE, 1982). É bom lembrar que a concessão de pequenas áreas às famílias nas colônias servia para prender e explorar sua mão-de-obra, de forma aparentemente generosa, ameaçando-lhes retirar a terra e a ilusão de serem camponeses com alguma autonomia (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.52).

Porém, destacam-se os reassentamentos e as profundas transformações que eles provocaram na sociedade argelina. Os reassentamentos começaram a ser implantados em 1955 e a partir de 1957 adquiriram caráter mais sistemático (ARAÚJO, 2010). Os camponeses eram violentamente expulsos de suas aldeias e disciplinados na nova forma de ordenar o território em instalações militares. Isso tem a ver com o fato dos camponeses saírem de um local de origem para serem reassentados em terras de propriedade das classes dominantes (dos colonos europeus) e controladas pelo exército, e o estabelecimento das relações de vida e de trabalho junto aos demais agentes sociais desse espaço social especializado.

Como a França não tinha contingente suficiente para manter a dominação colonial sobre todo o território argelino e o próprio projeto tinha seus limites, havia a necessidade de despovoar as áreas mais remotas e não controladas, que poderiam ficar sob a influência de grupos rebeldes. Houve então o deslocamento em massa da população rural para os reassentamentos. O foco central das migrações forçadas era nas regiões montanhosas, onde o Exército de Libertação Nacional (braço armado da Frente de Libertação Nacional) estava mais presente. Bourdieu e Sayad identificaram que apenas 8% da população permaneciam nas regiões “proibidas”, controladas por grupos rebeldes, mas que também brigavam entre si. Além do mais, era certo que permanecer nessas regiões classificadas como proibidas ocasionava uma criminalização a priori por parte do exército.

O governo francês criava os reassentamentos, porém, sem com isso assumir o controle deles, nos quais as pessoas ficavam submetidas a condições degradantes de pobreza material e simbólica. Um exemplo era que nos reassentamentos o pagamento era 30% a menos que o salário-mínimo argelino e sem respeitar jornadas de trabalho, o que forçava cada vez mais uma fuga para os centros urbanos. Em 1958 e 1959, Bourdieu e Sayad coletaram relatos nos reassentamentos que mais os aproximavam a campos de concentração, no interior dos quais praticavam-se medidas voltadas à “pacificação” do povo e do território argelino, no sentido da domesticação e da dominação colonial.

A dita pacificação tinha como objetivo facilitar o controle por parte do exército e livrar a população da influência dos grupos rebeldes:

En lo esencial, los reasentamientos eran todos similares, porque nacían, no tanto de la obediencia a una doctrina, como de la aplicación de modelos inconcidentes que un siglo antes habían dominado la fundación de aldeas coloniales. La política de reasentamiento recibió un amplio y entusiasta apoyo por parte de los militares porque concretaba un sueño tan antiguo como la colonización: reestructurar una sociedad entera. «La política de reasentamiento, una respuesta patológica a la crisis mortal del sistema colonial, hace explotar, a la luz del día, la intención patológica que habitaba en el sistema colonial» (BOUDIEU, SAYAD 2006 apud ARAÚJO, 2010, p. 238).

Bourdieu e Sayad ressaltam três grandes leis, entre os anos de 1856 e 1873, especialmente o *Senatus Consultum*, para controlar o território argelino no período colonial. Esta, uma medida para “liquidar a terra”, tirar seu caráter tribal/coletivo para instituir a empresa privada, a propriedade privada, além de favorecer a imigração européia (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). Para os autores, o ano de 1875 marcou o fim das insurreições tribais, por conta dessas medidas jurídicas. A política agrária, ou como dizem os autores “a máquina de guerra”, foi o instrumento para desorganizar as tribos nos planos objetivo e subjetivo: concentrava a terra nas mãos dos colonos europeus (os preços eram inacessíveis aos nativos) e impunham uma racionalidade mercantil à produção, com um processo técnico-productivista igualmente caro. “Tratava-se de favorecer a usurpação dos argelinos ao proporcionar aos colonos meios de apropriação aparentemente legais, ou seja, instaurando um sistema jurídico que pressupunha uma atitude econômica e, mais precisamente, uma atitude em relação ao tempo completamente estranhas ao espírito da sociedade camponesa” (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.43).

Quase um século depois, na década de 1960, eles demonstraram como a política de reassentamentos funcionava de forma semelhante na tentativa de definitivamente disciplinar o território e a sociedade frente às crises que o sistema colonial passava, expressas sobretudo no fortalecimento de grupos rebeldes. E colocam como meios principais das transformações a usurpação da terra, a pressão demográfica e a passagem da economia de troca para uma economia de mercado. É digno de registro que, no Brasil, ocorreu um processo parecido com a Lei de Terras, de 1850, e com a Revolução Verde, que teve início na década de 1960, dentre outras leis e medidas de controle do território.

Estatisticamente, as consequências objetivas do processo de colonização se expressaram no aumento da concentração fundiária e na diminuição do tamanho da propriedade dos camponeses:

“(…) entre 1930 e 1954 o número de proprietários de terras diminuiu 20% enquanto o número de trabalhadores agrícolas, permanentes ou temporários, subiu 29%” (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). Os autores usam o exemplo da perda da prática do pousio, simbólica do início desse processo, por conta da intensificação do uso da terra na produção agropecuária. Isso já começava a demonstrar a vulnerabilidade do camponês ao novo modelo e as contradições que ocasionavam em seu habitus, pois perderam-se as possibilidades de deixar a terra recuperar sua fertilidade naturalmente, além de todo o conjunto de conhecimentos tradicionais de seus antepassados, para tentar ser mais produtivo.

## 5. TRANSFORMAÇÕES NO HABITUS DOS CAMPONESES

Wanderley (2003, p.46) exemplifica a mesma problemática a partir do uso de insumos mecânicos na produção:

(…) a imposição do uso do trator introduziu no campo a noção do tempo abstrato, predominante no mundo industrial, ao contrário do tempo diferenciado, associado às vicissitudes da natureza e ao calendário agrícola. O saber tradicional dos camponeses, passado de geração em geração, não é mais suficiente para orientar o comportamento econômico. O exercício da atividade agrícola exige cada vez mais o domínio de conhecimentos técnicos necessários ao trabalho com plantas, animais e máquinas e o controle de sua gestão por meio de uma nova contabilidade.

A inserção tecnológica provoca crises não só na produção, mas em todas as relações sociais que estruturam o mundo rural tradicional. Wanderley, a exemplo de Bourdieu e Sayad, acreditava que os projetos na área de assistência técnica e extensão rural deveriam prever efeitos na esfera de todas essas relações materiais e simbólicas dos camponeses.

Na Argélia, o risco em permanecer na terra e produzindo passou a se expressar em qualquer fator, como chuvas e geadas em excesso, ou variações no mercado e a própria impossibilidade de ingressar de fato no mercado, riscos que na lógica tradicional eram suportáveis aos camponeses. Porém, no processo de colonização, passaram a ser fatores que, sozinhos ou combinados com outros, impunham riscos e medo ao camponês, que não pode nem escolher entre realizar o tradicional pousio bianual ou comprar os fertilizantes químicos que os colonos utilizavam.

No caso dos Fellah'in, os autores demonstraram que a produção de cereais, bem como qualquer outra produção para o mercado não era viável. É exatamente esse tipo de situação pela qual passou o campesinato, em diferentes contextos e lugares, no processo de inversão demográfica rural-urbano e com o avanço da lógica industrial sobre a agricultura. O objetivo de um produtor

agropecuário qualquer passou a ser produzir o máximo no tempo mínimo, utilizando-se cada vez mais insumos industriais e menos mão de obra para obter ganhos em escala. “É portanto sem hesitar que se sacrifica o futuro [futur] da produção, incerto e incontrolável, ao advir [avenir] do consumo, iminente e urgente” (BOURDIEU apud BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.44). “Quanto mais o presente lhe foge, mais o Fellah se agarra a ele, sacrificando todas as atividades que tenham implicações a longo prazo em troca da satisfação direta das suas necessidades imediatas” (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.45). Esse processo mudou as estratégias de produção agrícola e de reprodução social dos camponeses.

A intensificação da produção era dada pela necessidade de uma nova racionalidade mercantil, que engendrava uma condição objetiva de transformações de comportamentos mentais e práticos em toda a sociedade, ou pelo menos em sua grande maioria, no campo e na cidade. Isso sem dúvidas inseria novas e contraditórias pré-disposições aos habitus até então constituídos. Menos terra e a falta de previsibilidade para o campesinato significavam cada vez mais empobrecimento material e simbólico, atraso social e o esvaziamento do meio rural como espaço de moradia. Suas atividades tendiam à difícil subsistência e não à inserção no mercado. O processo se deu com a incorporação de “inovações” técnicas da nova racionalidade, que transgrediam as tradições e aos poucos as substituíram – como os fertilizantes químicos ao invés do pousio.

A lógica que passa a reger os camponeses argelinos faz conviver elementos do tradicional e do moderno. Uma lógica que tem por princípio a contradição entre se investir no mercado e se garantir a subsistência. Para os camponeses, era difícil praticar uma agricultura mercantil. Utilizavam-se de todos os subterfúgios da tradição para manter pelo menos uma produção para a subsistência – o mínimo aceito socialmente. E o investimento agrícola comercial continuava arriscado para um camponês que garantia cada vez menos a subsistência, porque tinha menos terras e capitais, menos mão de obra, estava distante dos centros comerciais e possuía menor escala produtiva. Os autores mencionam que, quando podiam, as famílias utilizavam insumos externos caros nas produções que serviriam para a subsistência delas próprias. Com isso, afirmavam a não familiaridade com tais tecnologias da lógica monetária, que deveriam servir para produzir para o mercado e não para serem utilizadas na pequena produção de autoconsumo.

Porém, geralmente, o mesmo camponês empregado assalariado que cultivava as terras do colono com máquinas e outras tecnologias das quais estava alienado para lavrar as terras que lhe eram concedidas. Estas eram aradas com técnicas tradicionais como a tração animal e com práticas de

mutirão que ocupavam toda a família. Conseguiram colheitas fracas, só para sua subsistência, mas não questionavam que o trabalho familiar tivesse a mesma produtividade da produção comercial no trabalho para o colono ou no assalariamento.

Sua lógica passava, justamente, pela questão de não se investir no mercado, enquanto não tivesse garantida a subsistência. Submetido a uma vida na qual apenas se come aquilo que se planta e colhe, o que pode implicar em situações de empobrecimento material pela própria condição social que lhe é atribuída, o campesinato é forçado a se submeter a tais contradições ou a ir para a cidade. Para os autores, muito mais que a partida para a cidade, é uma fuga para a cidade, como acontecia no Bèarn (BOURDIEU, 2004b).

O artigo relata, entretanto, que algumas situações favoreciam a permanência de famílias nos reassentamentos, como aquelas que conseguiam fazer uma poupança e podiam produzir mais; as que ficavam, passavam a usar as terras que sobraram das que emigraram; havia aquelas que foram para outras atividades como o comércio e o artesanato; outras que ocupavam cargos administrativos e militares. Então, também são reveladas estratégias de famílias que, combinadas, podiam representar condições para que elas permanecessem no local, sobretudo ao se perguntarem o que iriam fazer nas cidades. Porém, essas estratégias significavam ficarem isoladas socialmente, à margem dos avanços técnicos, numa condição que cada vez mais seria degradada e degradante para a reprodução social, novamente a exemplo dos caipiras celibatários do Bèarn. Segundo os autores, sobretudo a partir de 1954, com a inversão demográfica campo-cidade na Argélia, os camponeses almejam as novas necessidades modernas que começam a surgir, por exemplo, o fogão a gás, o rádio, o refrigerador, entre outros. Simbolicamente, quem continua com fogão à lenha é rústico e está à margem do processo civilizatório.

As contradições do sistema colonial se baseavam no jogo entre desintegrar ou integrar os camponeses ao processo produtivo: desintegrar (os *habitus* camponeses) para integrar (ao modo de produção capitalista) ou, ao contrário, integrar para desintegrar, o que no fundo tinha o mesmo objetivo (BOURDIEU, SAYAD, 2006). A política colonial na Argélia não tinha melhor objetivo do que a desintegração do modo de vida camponês e a imposição de uma nova racionalidade como forma de dominação.

O reassentamento como projeto militar é definido a partir das características do local da aldeia, o recorte do território planejado, o traçado das ruas, as casas e todos os elementos que estruturam a vida local. São mais frutos da imposição de modelos militares geométricos, das linhas retas “à maneira

do colonizador romano”, do que modelos tradicionais com base na topografia e nos recursos naturais, que são ignorados. Percebe-se a relação conflituosa da imposição desse modelo no relato do tenente Kerkera, em 1960, conforme a citação à página 43: “as pessoas aqui se dão mal com a linha reta”.

O recorte “racional” do território substituiu os elementos naturais e seus limites, estipulados antes a partir da lógica tribal de ocupação da área. Racional, mas de uma forma militar, como nos reassentamentos argelinos observados por Bourdieu e Sayad, que influenciava a estruturação da vida: as “linhas retas”, a racionalidade da vizinhança nas ruas, a distância medida pela sua largura, os sentidos objetivos e subjetivos que isso dá à vida cotidiana, as instalações urbanas como a rede elétrica, as comunicações, a rede de água e de saneamento etc., elementos que garantem uma disciplina quase militar aos padrões de vida modernos, inclusive mais fácil para se manter a ordem e a disciplina militares e, conseqüentemente, a dominação material e simbólica. Vale a observação de que normalmente essa é a maneira de constituição de um assentamento rural no Brasil, a partir do recorte “reto” do território.

A lógica da colônia leva à constituição dos camponeses “descamponesados”, pessoas que não são mais o que eram e nem são o que deveriam ser. Oscilam entre a fuga para a cidade e a permanência numa condição desvalorizada no conjunto da sociedade e, cada vez mais, por si próprio. Permanecem alguns camponeses, teimosos, nesse modo de vida e outros que aceitam e são bem sucedidos na racionalidade econômica.

O camponês “camponesado” estava adaptado a uma terra da qual esperava, como uma graça, somente os meios para viver ou para sobreviver; o camponês descamponesado, ao contrário, está condenado à contradição, já que persegue o impossível e que, sabendo disso, não tem outra escolha a não ser a perpetuação dissimulada e fictícia das rotinas tradicionais ou então a inovação que aumenta (sem ultrapassar) a contradição que o espírito calculista faz surgir (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.53).

## **6. CONSIDERAÇÕES FINAIS: A CONDIÇÃO CAMPONESA ENTRE A TRADIÇÃO E O CAPITAL**

A tentação de ver no camponês sua total destruição pode ter a mesma essência daqueles que superestimam seu caráter revolucionário no sistema capitalista, porque coexistem lógicas contrárias (capitalistas e não capitalistas) no habitus desses agentes sociais. Ainda assim, é preciso reconhecer suas transformações, permanências e suas necessidades históricas de ser, enquanto categoria social,

nos dias de hoje. A moral camponesa e seus modos de vida tradicionais foram simbolicamente destruídos, mas apegos objetivos e subjetivos à tradição são partes de suas estratégias por gerações – e atravessam gerações –, ao passo que alguns vão e voltam ao rural julgando-se incapazes de viver na racionalidade urbano-industrial, mas sobretudo por uma condição de precarização da vida, proletarização ou informalidade, ou mesmo pela explícita preferência em viver no meio rural.

Segundo Bourdieu e Sayad, as mudanças culturais se dão muito mais lentamente do que as mudanças técnicas e, por isso, nos alertam que não é possível compreender as transformações no habitus no intervalo de uma existência individual, senão enquanto o grupo social. O período de uma existência individual é ampliado com o período da família ou das transformações do grupo ao qual pertence. A perspectiva de investigação de uma vida é diferente da história da família, tal como um grupo familiar que produz um produto há várias gerações. Assim, uma vida pode se referir a uma existência individual, cujas dimensões subjetivas ficam mais fortes, embora ligadas a conjunturas objetivas. Já a história do grupo mostra suas marcas estruturantes.

A ambiguidade não está na forma de compreensão do camponês, mas no próprio objeto. Sua vida não se dá apenas pela lógica do lucro, nem apenas pela lógica tradicional. Igualmente, ele não é apenas produto da história da família, mas também é produto individual de determinadas conjunturas. A formação desse habitus tem sua essência em uma realidade contraditória. É evidente que essa realidade contraditória não se aplica unicamente aos agentes sociais do campesinato, mas também a uma infinidade de agentes sociais. Aqui o camponês é destacado pelo próprio recorte analítico proposto.

Não seguros das imposições produtivistas dos técnicos da Caper (órgão francês para fazer a reforma agrária), as cooperativas dos Fellah'in queriam acumular as vantagens dos dois sistemas: “perseguir fins tradicionais com meios modernos ou, inversamente, (...) mais paradoxal ainda, perseguindo fins mutuamente incompatíveis porque tributárias de duas lógicas opostas” (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.52). Os camponeses queriam reproduzir as condições materiais e simbólicas da sua cultura. Se tivessem acesso às técnicas que deveriam ser usadas para cultivos comerciais, utilizavam-nas em cultivos de sua subsistência, pois faltava-lhes a consideração acerca da rentabilidade. Como vimos, esta é uma condição para a criação desse meio contraditório, no qual os camponeses são descamponesados por um campo social dominado por colonizadores que impunham outra linguagem.

Se agora ele vive uma situação na qual é necessário calcular financeiramente, o camponês vai contra os ancestrais que, sem ter que calcular, esperavam a subsistência sem riscos, ou seja, primeiro havia a prioridade de garantir a oferta de comida com abundância. Contra o cálculo racional, Bourdieu e Sayad usam provérbio cabila: “se o camponês calculasse, ele não semearia”. É comum ouvir relatos, em trabalhos de campo nos dias de hoje, que as famílias não calculam o valor do seu trabalho na hora de compor o preço da produção, ou mesmo não possuem o domínio dos custos de produção com insumos. Uma produtora de rapadura afirmou: “se eu calculasse dessa forma, não produzia a rapadura”, numa clara referência ao fato de que a produção calculada por métodos contábeis mostraria a inviabilidade econômica da produção. Mas para ela e sua família continua viável a produção para consumo próprio, como também para atender encomendas e gerar algum recurso monetário.

Por isso, quando se fala em falta de racionalidade econômica no campesinato, na verdade, é quando não se reconhece o campesinato enquanto agente social que sobrevive em uma realidade contraditória. Não se compreende o fato dele possuir outra lógica para colocar em ação suas estratégias de produção e reprodução social, com base em um habitus formado nesse campo social que lhe inculca a contradição. A contradição existe porque sua lógica não é mais restrita às suas necessidades imediatas, como a alimentação direta, pois para sua reprodução ele precisa incorporar outras racionalidades em seu habitus, como a produção planejada e comercial, porque ele precisa de dinheiro para sobreviver. Para Bourdieu e Sayad, o que restou dos camponeses (não só na Argélia) foram fragmentos descontínuos, advindos da persistência da cultura e de temores em relação à nova racionalidade econômica. “Em suma, por incapacidade em falar bem as duas línguas culturais de modo a mantê-las claramente separadas, está condenado às interferências e às contradições que são responsáveis pelo sabir cultural” (BOURDIEU, SAYAD, 2006, p.54). Então, para os autores era importante saber quais contradições o camponês argelino trazia em sua cultura em relação ao sistema colonial, que se sobrepôs ao sistema tradicional e conformou transformações radicais em seu campo social. Isso é fundamental para entendermos, como disse Wanderley (2003), que o camponês vive dentro do agricultor familiar, ou seja, que esta categoria sobrevive na pós-modernidade como agentes sociais que reconstróem seus modos de vida com os fragmentos camponeses que lhes restaram.

O Fellah argelino não conseguia escolher entre a tradição e a nova racionalidade, pois, se o fizesse, não teria como levar sua escolha até as últimas consequências. Para Bourdieu e Sayad, só se escolhe quando se tem as condições essenciais para se obter sucesso. Do contrário, pode-se cair no risco de escolher a tradição sem ter meios de realizar essa escolha, e vice-versa. Restava, aos

camponeses, a esperança ilusória de que alguma coisa iria acontecer e alterar as condições de existência, nas relações de produção. Com a abolição do sistema colonial, algumas condições objetivas mudaram de fato para o campesinato argelino, que recuperou a maior parte das terras. Porém, tanto a colonização como a dura guerra de emancipação deixaram marcas que não desaparecem ao mesmo tempo. Foram marcas incutidas na sociedade argelina, expressas primeiramente no fato das classes dominantes não aceitarem mudanças nas relações e nos modos de produção; depois, porque toda a sociedade queria romper com um passado camponês, ao ver esse modo de vida como atrasado ou apenas como “essência histórica”.

No entanto, os conhecimentos tradicionais e as contradições impostas pelo sistema colonial não desaparecem magicamente. Um ponto de vista que não leve em conta o campo social e as condições de existência que fizeram dele o que ele é nos planos objetivo e subjetivo, acaba naturalizando uma coisa ou outra.

## 7. REFERÊNCIAS

ANTUNIASSI, M.H.R. A noção de representação social e a pesquisa nas Ciências Sociais. 44º Encontro do CERU, 2006, FFLCH/USP, São Paulo. In: **Anais...**, 2006.

ARAÚJO, S.G. Una Sociología (de las Migraciones) para la resistencia. **Empiria** (Revista de Metodología de Ciencias Sociales), n.19, p.235-249, enero-junio, 2010.

BOURDIEU, P. O Campo Científico. In: ORTIZ, R. (Org.) **Bourdieu – Sociologia**. Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 39. São Paulo: Ática, 1983, p.122-155.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1996. Capítulo 1 – Espaço social e espaço simbólico, p.13-33.

BOURDIEU, P. (Org.) **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004a. “Fieldwork in philosophy”, p.15-48. Pontos de referência, p.49-76. Da regra às estratégias, p.77-95.

BOURDIEU, P. **El Baile de los Solteros**. La crisis de la sociedad campesina em el Bearne. Barcelona: Editorial Anagrama, 2004b.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o Sabir Cultural. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.26, p.41-60, jun./2006.

BOURDIEU, P. **O Senso Prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009

DELGADO, G.C. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil – 1965-1985**. São Paulo: Icone-Unicamp, 1985.

MARTINS, J. de S. **A Sociedade Vista do Abismo**. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002. Capítulo 2 – Situações diferenciais de classe social. Operários e camponeses, p.49-117.

STOLCKE, V. A família que não é sagrada (sistemas de trabalho e estrutura familiar: o caso das fazendas de café em São Paulo). **Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil**. Brasiliense, 1982, p. 39-91.

WACQUANT, L. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.26, p.13-29, jun. 2006.

WANDERLEY, M. de N.B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v.21, p.42-61, 2003.

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em Repositório da Produção Científica e Intelectual da Unicamp e pode ser acessado em <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/953067>

**FINANCIAMENTO:** O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar.

**MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:** Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH/Unicamp. Professor do Centro de Ciências da Natureza da Universidade Federal de São Carlos, Campus Lagoa do Sino.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.